

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.127 - MG (2018/0283252-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

RECORRENTE : JOJOCA TRANSPORTES LTDA

ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO LEONARDO DE SIQUEIRA -
MG079823

GUILHERME ARAUJO DE OLIVEIRA - MG144193

KARLA GISLANE DA SILVA LOPES E OUTRO(S) -
MG153859

FERNANDO HENRIQUE APARECIDO VIEIRA -
MG180487

RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **JOJOCA TRANSPORTES LTDA**, contra acórdão prolatado, pela 7ª Turma do Tribunal Regional da 1ª Região, assim ementado (fl. 248e):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ. TAXA SELIC. POSSIBILIDADE. MULTA MORATÓRIA. LIMITE DE 20%. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE.

1. A Certidão da Dívida Ativa apresentou os requisitos obrigatórios previstos no artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, não havendo nenhuma irregularidade a justificar sua anulação.
2. As alegações genéricas da embargante, sem apontar e demonstrar especificamente os motivos para desconstituição do crédito tributário em execução, não afastam a supracitada presunção.
3. "A Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, ex vi do disposto no artigo 13, da Lei 9.065/95" (REsp 1.073.846/SP, 1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 18.12.2009 recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC). (AgRg nos Edcl no AREsp 596500/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, 28 Turma, julgamento: 18/12/2014, publicação no DJe de 19/12/2014).
4. Vedada a cumulatividade da taxa SELIC com juros moratórias e correção monetária, a partir de 01 de janeiro de 1996.
5. A multa moratória aplicada à embargante pela Fazenda Nacional foi de 20% (vinte por cento), conforme se verifica das CDAs acostadas aos autos, não configurando o caráter confiscatório alegado pela apelante, conforme já consolidado pela jurisprudência.
6. Apelação não provida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 275/278e).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos seguintes dispositivos legais, alegando, em síntese, que:

(i) Arts. 202 do Código Tributário Nacional; e 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/80 - "[...] não pode prosperar execução Fiscal fundada em CDA que não, contenha clareza necessária para a completa compreensão acerca da exigência fiscal ali materializada, encontra respaldo não apenas na legislação aplicável, mas também no entendimento atual deste Egrégio Tribunal." (fl. 291e).

(ii) Art. 161, § 1º, do CTN - "[...] a Recorrente buscou, à exaustão, demonstrar a ilegalidade da aplicação do índice SELIC sobre créditos de natureza tributária, pois é sabido que, a taxa Selic tem natureza remuneratória e não moratória." (fl. 292e). "Seria ilegal a aplicação da taxa SELIC não por ausência de previsibilidade em diploma legal de que se vale o Recorrido para as cobranças tributárias que leva a efeito, mas pelo fato de que a Lei Complementar (CTN) fala em juros de mora, que, se não estabelecidos pela lei, serão de um por cento ao mês" (fl. 297e).

Com contrarrazões (fls. 331/333e), o recurso foi inadmitido (fls. 335/336e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fls. 385/386e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Acerca da obrigatoriedade de que a CDA esteja dotada de todos os requisitos legais previstos para sua validade, este Tribunal firmou posicionamento no

sentido de que "Os arts. 202 do CTN e 2º, § 5º da Lei nº 6.830/80, preconizam que a inscrição da dívida ativa somente gera presunção de liquidez e certeza na medida que contenha todas as exigências legais, inclusive, a indicação da natureza do débito e sua fundamentação legal, bem como forma de cálculo de juros e de correção monetária." (AgRg no Ag 975.826/MG, 1ª T., Rel. Min. Luiz Fux, DJe 18.06.2008).

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ART. 535 DO CPC. OMISSÕES. ISS. EXECUÇÃO FISCAL. CDA. NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. MATÉRIA APRECIÁVEL DE OFÍCIO EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. REQUISITOS DA CDA. DEFESA DO EXECUTADO.

1. O aresto recorrido não está eivado de omissão, pois resolveu a matéria de direito valendo-se dos elementos que julgou aplicáveis e suficientes para a solução da lide.
2. Nulidade da inscrição em dívida ativa é matéria de ordem pública insuscetível de preclusão nas instâncias ordinárias, pois consubstancia-se em condição da ação executiva fiscal. Precedentes.
3. As questões de ordem pública referentes às condições da ação e aos pressupostos processuais da execução podem e devem ser conhecidas de ofício pelos tribunais de segundo grau. Precedentes.
4. A Certidão de Dívida Ativa deve preencher todos os requisitos constantes do art. 202 do Código Tributário Nacional – CTN de modo a permitir ao executado a ampla defesa. Ao agregar em um único valor os vários exercícios do tributo em execução, o exequente impossibilita a exata compreensão do quantum objeto de cobrança e causa prejuízo à defesa do executado.
5. Extinta a execução em face da nulidade da CDA, perdem o objeto as discussões referentes à prescrição e às matérias processuais correlatas.
6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 968.707/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/08/2008, DJe 23/09/2008, destaque meu)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CDA. NULIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. PRECEDENTES.

1. É assente o entendimento no sentido de que a CDA possui presunção de liquidez e certeza, cabendo ao executado o ônus de demonstrar o contrário. Todavia, referida presunção supõe a observância dos pressupostos legais previstos no artigo 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/80 e artigo 202 do Código Tributário Nacional, de maneira a permitir ao contribuinte o direito de exercer a ampla defesa. Precedentes.
2. "O auto de lançamento se presta para comunicar ao contribuinte a existência de crédito em aberto, sendo anterior à emissão da CDA e com

esta não se confunde. Dessarte, a juntada desse auto não pode suprir falha da referida certidão" (REsp 920640/RS, 2ª Turma, Min.

Castro Meira, DJ de 27.06.2007).

3. Recurso especial desprovido.

(REsp 874.748/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2007, DJ 18/10/2007, destaque meu)

Nesse contexto, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou a presença de todos requisitos essenciais de validade da CDA, de modo a não afetar o exercício da ampla defesa pelo executado, nos seguintes termos (fls. 244/245e, destaquei):

Analisando as CDAs (fls. 11/44) em comento, verifico não haver nenhuma irregularidade a justificar anulação sua anulação, porquanto contêm todas as informações necessárias para eventual defesa do executado.

Como bem esclareceu o MM. Juiz a quo, verbis:

"[...]

No que tange à alegação de nulidade do título executivo, não se constata a existência de mácula nas Certidões de Dívida Ativa, jungidas às fls. 18/44. Ao contrário do alegado, restam preenchidos todos os requisitos formais exigidos no art. 202 do CTN c/c os §§ 5º e 6º do art. 2º da Lei n.

6.830/80. Dela consta o nome do devedor e seu domicílio, o valor original da dívida, sua origem, natureza e fundamento legal, bem como a forma de calcular e o tem inicial dos juros de mora e demais encargos, inclusive atualização monetária, a data e o número da inscrição e o do processo administrativo que lhe deu causa, sendo certo que a menção ao livro e à folha em que feita a inscrição, exigência do artigo 202, parágrafo único do Código Tributário Nacional, não mais persiste após a edição da Lei n.

6.830/80 (artigo 2º, §§ 5º e 6º).

Ressalte-se que a simples menção à legislação pertinente, no que tange à origem do débito e à forma de apuração dos juros, multa e correção monetária na CDA, é suficiente à perfeição formal do título, permitindo ao devedor, por meio de cálculos aritméticos, determinar o montante devido, exercendo plenamente seu direito de defesa. Demais disso, não exige a lei que a CDA se faça

acompanhar de memória pormenorizado do cálculo ou de cópia do procedimento administrativo.

Não se pode olvidar, ainda, que para o reconhecimento judicial há nulidade e considerando o sentido instrumental das normas processuais é preciso demonstrar o efeito prejuízo causado pela preterição da formalidade, o que não ocorreu no caso, pois não se observa, neste particular, o comprometimento da defesa do contribuinte. (fls. 178/179) [...]"

Ademais, ressalto que: "somente a comprovação de cerceamento de defesa pela ausência de requisito formal da CDA causa-lhe a nulidade" (REsp nº 1.085.443/SP - Relatora Ministra Eliana Calmon - STJ - Segunda Turma - Unânime - DJE 18/02/2009).

As alegações genéricas da embargante, sem apontar e demonstrar especificamente os motivos para desconstituição do crédito tributário em execução, não afastam a supracitada presunção.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal para reconhecer que a CDA não estaria eivada de nulidade com fundamento na ausência de requisito essencial de validade, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. CDA. REQUISITOS DE VALIDADE. REVISÃO. DESCABIMENTO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 29/09/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decum publicado na vigência do CPC/73.

II. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução Fiscal, alegando, dentre outros argumentos, imprecisão do lançamento tributário, por impossibilidade de identificação dos serviços tributados e respectivos valores, afronta ao princípio da territorialidade e nulidade do título executivo, por ofensa ao art. 2º da Lei 6.830/80.

III. Não cabe ao STJ, em sede de Recurso Especial, rever ou modificar o entendimento do Tribunal de origem, que concluiu pela inexistência de nulidade nos lançamentos fiscais e nas CDA's, reconhecendo estarem presentes os elementos necessários para a constituição do crédito exequendo. A inversão do julgado, no caso - de

forma a reconhecer o não preenchimento de todos os requisitos exigidos pelo art. 2º da Lei de Execuções Fiscais, bem como a existência de prejuízo à defesa -, implicaria, necessariamente, no reexame de provas, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 626.348/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/03/2015; AgRg no REsp 1.506.059/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/03/2015; AgRg no REsp 1.488.260/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/02/2015; AgRg no AREsp 609.330/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/12/2014.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 371.868/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017 - destaque meu)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CDA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS EXIGÍVEIS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 07/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - In casu, rever o posicionamento do tribunal de origem, com o objetivo de acolher a pretensão recursal acerca do preenchimento dos requisitos de validade da CDA, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.686.098/SP, de minha Relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 20/11/2017)

Quanto à aplicação da SELIC, esta Corte firmou posicionamento, em

recurso repetitivo, segundo o qual é legítima a incidência da Selic na atualização de créditos e na repetição de indébitos tributários, consoante infere-se do julgado assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA PELA TAXA SELIC. ART. 39, § 4º, DA LEI 9.250/95. PRECEDENTES DESTA CORTE.

1. Não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia. 2. Aplica-se a taxa SELIC, a partir de 1º.1.1996, na atualização monetária do indébito tributário, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de juros ou atualização monetária.

3. Se os pagamentos foram efetuados após 1º.1.1996, o termo inicial para a incidência do acréscimo será o do pagamento indevido; no entanto, havendo pagamentos indevidos anteriores à data de vigência da Lei 9.250/95, a incidência da taxa SELIC terá como termo a quo a data de vigência do diploma legal em tela, ou seja, janeiro de 1996. Esse entendimento prevaleceu na Primeira Seção desta Corte por ocasião do julgamento dos EREsp 291.257/SC, 399.497/SC e 425.709/SC.

4. Recurso especial parcialmente provido.

Acórdão sujeito à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ.

(REsp 1111175/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2009, DJe 01/07/2009)

In casu, tendo o acórdão recorrido adotado entendimento pacificado nesta Corte, o Recurso Especial não merece prosperar pela incidência da Súmula 83/STJ.

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais,

em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

In casu, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora